

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Tarifa pode cair com portabilidade da conta de luz, diz Carlos Da Costa.....	2
Título: Cteep promete ser agressiva nos leilões	3
Título: Destaques	4
Título: Caiado volta a cobrar Enel e diz que espera só até agosto.....	5
Título: Ultra confirma previsão de analistas	7
Título: Acionistas reformam estatuto da Petrobras.....	8
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	10
Título: Funcionários da Petrobrás aceitam acordo e fábrica vai fechar.....	10
Título: Privatizada, BR Distribuidora mantém nome Petrobrás e investe R\$ 1 bi em marca .	11
Título: » Virou prova.....	12
VEÍCULO: O Globo.....	13
Título: Essa eu gostei, Roberto Castello Branco.....	13

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 05/03/2020****Seção: Brasil****Autor: Lu Aiko Otta — De Brasília****Título: Tarifa pode cair com portabilidade da conta de luz, diz Carlos Da Costa****Para secretário, medida pode trazer também mais investimentos para o setor**

O preço da energia deve cair nos próximos anos, caso seja aprovada a nova lei que autoriza a portabilidade das contas de luz, afirmou ao **Valor** o secretário de Produtividade, Emprego e Competitividade, Carlos Da Costa. É esperado também aumento dos investimentos no setor.

O projeto de lei foi aprovado na última terça-feira no Senado. Ainda precisa passar pela Câmara. O secretário confia que não haverá obstáculos na votação pelos deputados, uma vez que os senadores aprovaram o projeto por unanimidade.

O texto permite que, no prazo de 3,5 anos, consumidores empresariais e residenciais passem a comprar sua energia no mercado livre. Poderão escolher seu fornecedor pelo preço ou pela fonte geradora de energia. Ou seja, não serão mais dependentes da distribuidora que atende sua região. Haverá mais concorrência, o que tende a derrubar preços.

Para Da Costa, essa mudança fará no setor elétrico o que se viu, nas últimas duas décadas, no setor de telefonia. “A liberalização fez com que passasse por uma transformação”, disse. Antes dela, os serviços eram caros e ineficientes.

O projeto de lei ainda traz mudanças que devem estimular novos investimentos, avaliou o secretário. Usinas movidas a diesel, que têm custos elevados, deverão ser substituídas por outras mais competitivas.

Melhorias na regulação também deverão facilitar o investimento. As tarifas, por exemplo, serão diferenciadas conforme horário e local. Os valores pagos pela energia serão separados daqueles que remuneram a estrutura que a leva até o ponto de consumo.

Haverá, ainda, uma mudança na remuneração da energia gerada por fontes alternativas, como eólica, solar, biomassa. Hoje, os consumidores pagam um subsídio para essas geradoras. Pelo texto em análise no Congresso, essa sistemática será substituída, após transição de 12 meses, por um instrumento que leve em consideração os benefícios ambientais de cada uma delas.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 05/03/2020****Seção: Empresas****Autor: Letícia Fucuchima — De São Paulo****Título: Cteep promete ser agressiva nos leilões****Estratégia é disputar apenas lotes com sinergia, mas com propostas competitivas**

Já de olho nos próximos leilões de linhas de transmissão de energia, a ISA Cteep pretende manter a estratégia do último certame, que se mostrou bem sucedida: se concentrar nos empreendimentos que trazem mais sinergias às suas operações e pelos quais pode oferecer lances imbatíveis. “Vamos focar em alguns lotes, para sermos competitivos”, disse ao **Valor** Alessandro Gregori, diretor financeiro e de Relações com Investidores.

De acordo com o executivo, a empresa começou a avaliar os empreendimentos que serão oferecidos no próximo leilão da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), previsto para junho. Também estuda os projetos já divulgados para o certame programado para dezembro, ainda que os lotes não estejam totalmente definidos.

A ISA Cteep foi a maior ganhadora do último leilão de transmissão, em dezembro. Na ocasião, ao ofertar elevados deságios, o grupo arrematou três lotes, que somam 379 quilômetros de linhas, R\$ 1,3 bilhão de investimentos e Receita Anual Permitida (RAP) de R\$ 76 milhões. Esses projetos se juntam a outros 10 conquistados em leilões nos últimos quatro anos, que já consumiram R\$ 890 milhões.

O primeiro desses treze lotes entrou em operação comercial no terceiro trimestre do ano passado, com 18 meses de antecedência em relação ao prazo da Aneel. Para 2020, a expectativa é de energizar de 4 a 6 projetos, também antes do prazo previsto pelo regulador.

Com alguns empreendimentos greenfield chegando à fase mais “crítica” de desembolsos, o volume de investimentos em 2020 deve ficar acima dos R\$ 770,8 milhões de 2019, de acordo com a companhia. Em outra frente, ela deve acelerar os investimentos em reforços e melhorias das linhas existentes: a empresa vinha investindo cerca de R\$ 180 milhões por ano nesses projetos e já tem autorizações para R\$ 500 milhões, que pretende executar nos próximos dois anos.

A ISA Cteep encerrou 2019 com lucro líquido de R\$ 1,22 bilhão, resultado “robusto” e suficiente para permitir a continuidade da estratégia de

crescimento dos negócios, avalia Gregori. Segundo ele, a queda de 4,3% do lucro líquido ante 2018 reflete basicamente as captações realizadas pela empresa para fazer frente a novos investimentos - essas operações aumentaram a dívida e, consequentemente, pesaram sobre a despesa financeira.

Em termos de endividamento, a companhia tinha, em dezembro, alavancagem de 1,1 vez a relação entre dívida líquida e Ebitda ajustado. O nível é considerado baixo e, junto à capacidade de geração de caixa, permite boas condições para financiar os projetos.

A ISA Cteep fechou 2019 com capacidade instalada (controladora, controladas e coligadas em operação) de 65,9 mil megavolt-ampères (MVA) de transformação, 18,6 mil quilômetros de linhas de transmissão, 25,8 mil quilômetros de circuitos e 126 subestações próprias.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 05/03/2020

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Vale em Brumadinho

A Vale informou ontem que iniciará a disposição de rejeitos da barragem que se rompeu em janeiro de 2019 na cava da mina Córrego do Feijão, em Brumadinho (MG). A companhia foi autorizada na sexta-feira pela Agência Nacional de Mineração (ANM) a dispor o rejeito que já foi inspecionado e liberado pelo Corpo de Bombeiros de Minas Gerais na cava da mina. A medida já havia sido aprovada pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad) e faz parte do “Plano Integrado de Manejo de Rejeitos e Resíduos”. A previsão é que o rejeito depositado no vale do ribeirão Ferro-Carvão até a confluência com o rio Paraopeba seja removido e disposto na cava até 2023. “A disposição do rejeito na cava é essencial para a continuidade das estratégias de buscas definidas pelos Bombeiros e para a recuperação de áreas atingidas”, informou a Vale. De acordo com a companhia, serão separados resíduos como metais, borracha e madeira antes de dispor o material na cava, atendendo às especificações dos órgãos ambientais.

Minério de ferro sobe

Os preços do minério de ferro voltaram a superar ontem o nível de US\$ 90 por

tonelada no mercado transoceânico, diante da redução na oferta da commodity especialmente a partir do Brasil e apesar do aumento dos estoques de aço na China. Segundo informações de mercado, a tonelada do minério com pureza de 62% negociada no porto de Qingdao subiu 2,8%, a US\$ 91, elevando a 8,4% os ganhos acumulados em março. No ano, porém, a commodity ainda exhibe baixa de 1,2%. Em fevereiro, os embarques de minério de ferro a partir dos portos brasileiros caíram para o patamar mais baixo em meses, por causa do excesso de chuvas. Segundo dados da Secretaria de Comércio Exterior (Secex), o país exportou 22,1 milhões de toneladas no mês passado, baixa de 24% na comparação anual.

Usina de Sobradinho

O reservatório da hidrelétrica de Sobradinho, da Chesf, localizado no rio São Francisco, ultrapassou este mês a marca de 50% de volume de armazenamento, pela primeira vez desde 2014, informou a subsidiária da Eletrobras. De acordo com a estatal, na terça-feira o lago da usina alcançou 50,67% do seu volume útil. Segundo a empresa, no ano passado, já havia sido registrada uma melhora nas condições hídricas da região, sendo alcançado o volume útil máximo, em 2019, de 49,3% no mês de maio. A última vez que Sobradinho ultrapassou 50% de sua capacidade de armazenamento foi no ano de 2014, com o índice de 57,7% em abril daquele ano.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 05/03/2020

Seção: Empresas

Autor: Rafael Bitencourt — De Brasília

Título: Caiado volta a cobrar Enel e diz que espera só até agosto

O governador explicou que a data foi estabelecida no último termo de compromisso assinado com a empresa no ano passado

O governador de Goiás, Ronaldo Caiado (DEM), definiu o mês de agosto deste ano como o prazo final para a Enel Goiás resolver as falhas mais graves no serviço de distribuição de energia e assim evitar que o pedido de cassação do contrato de concessão seja levado à frente. Ele explicou que a data foi estabelecida no último termo de compromisso assinado com a empresa no ano passado.

“Vamos esperar agosto, porque isso daria muito mais consistência a nossa argumentação”, afirmou ao deixar a Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), no Senado.

Caiado já havia declarado apoio ao pedido de encampação do serviço de distribuição de energia no Estado da Assembleia Legislativa. A nova investida contra o grupo italiano seria pela via judicial, em processo que pode correr na Procuradoria-Geral da União (PGR).

Em dezembro, o governador se reuniu com o procurador-geral da República, Augusto Aras, para tratar do tema. Foi entregue uma representação contra a distribuidora Enel Goiás. A estratégia decorre do fato de a concessão ser federal, o que limita ação do governo local. Caiado pediu que fossem exigidas “medidas mais enérgicas” do governo federal, como decretar a intervenção na concessão ou a extinção do contrato.

Ontem, o governador disse que não poderia esperar a avaliação feita pelo governo federal sobre descumprimento de indicadores de qualidade. O contrato de concessão prevê o acompanhamento ano a ano, com desfecho em 2022.

Caiado considera que, antes disso, o governo estadual poderá acionar o Judiciário contra a Enel Goiás. Para ele, a Justiça também tem prerrogativa de “intervir” em situações em que se verifica risco ao desenvolvimento da atividade econômica e aos demais serviços públicos do Estado, em razão dos frequentes apagões.

No Senado, o governador participou de audiência pública para discutir a “má qualidade dos serviços pela Enel em Goiás”. Presente na sessão, o diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), André Pepitone, afirmou que chegou o momento da empresa mostrar resultados mais consistentes.

O diretor da agência explicou que, entre 2020 e 2022, os índices de qualidade começam a ficar mais rigorosos. Os dados apresentados por ele indicaram que a distribuidora chegou perto de descumprir os indicadores relacionados à frequência e à duração dos apagões no Estado, lembrando que este tipo de infração pode levar à extinção do contrato.

Sobre os termos de compromissos assinados pela Enel Goiás, Pepitone afirmou que a companhia conseguiu atender, até agora, “o que foi pactuado” com os governos federal e estadual. Porém, acrescentou, que a empresa ainda ocupa as piores posições no ranking de qualidade e reclamações.

Durante a audiência, o diretor de infraestrutura e redes da Enel Brasil, Guilherme Lencastre, afirmou que distribuidora já começa a atingir um patamar de investimento cinco vezes maior do que o alcançado no período anterior à privatização, realizada em novembro de 2016. Segundo ele, os serviços têm apresentado melhora e que a concessionária ainda figurará entre os melhores do país.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 05/03/2020****Seção: Empresas****Autor: Stella Fontes — De São Paulo****Título: Ultra confirma previsão de analistas**

Para analistas, estimativa fornecida pelo grupo indica que condições de mercado para Ipiranga e Oxitenos seguem desafiadoras

Num movimento não usual, a Ultrapar revelou anteontem à noite projeções para os resultados em 2020 e, embora a iniciativa tenha surpreendido, os números estimados para o grupo e suas cinco empresas vieram dentro do esperado. Na avaliação de analistas, as previsões embutem crescimento, mas confirmam que o ambiente de negócios segue desafiador, especialmente para Ipiranga e Oxitenos.

O Ultra também informou que as despesas da holding devem totalizar R\$ 200 milhões neste ano, o dobro do realizado em 2019, e o número surpreendeu negativamente os analistas. A expectativa é que a direção da Ultrapar dê mais detalhes sobre essa conta durante o Ultra Day, que acontece hoje em São Paulo. Ontem, as ações do grupo encerram o dia com baixa de 0,15%, a R\$ 19,95 cada, em dia de fortes ganhos na bolsa.

Em relatório do início da semana, o analista Vicente Falanga, do Bradesco BBI, afirmava que a divulgação de orientações quantitativas para o resultado do grupo poderia reduzir a volatilidade das ações, que caíram mais de 13% na semana seguinte à divulgação do balanço do quarto trimestre - uma vez que alinharia as expectativas no mercado.

Considerando o dólar a R\$ 4, expansão de 2% do PIB nacional e inflação medida pelo IPCA, o Ultra projeta resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) ajustado de R\$ 3,49 bilhões a R\$ 3,94 bilhões, neste ano, com crescimento entre 2% e 15%. Para Falanga, os números são “razoáveis”.

No caso da Ipiranga, disse o analista, a projeção veio ligeiramente abaixo do estimado se considerado o ponto médio do intervalo de R\$ 2,45 bilhões a R\$ 2,7 bilhões. “Esperávamos algo um pouco melhor, diante do potencial da empresa de cortar custos. Ainda assim, a projeção é muito factível”, escreveu, acrescentando que o Ebitda esperado de R\$ 80 milhões a R\$ 100 milhões para Extrafarma foi a surpresa positiva do anúncio.

Para os analistas Thiago Duarte e Pedro Soares, do BTG Pactual, com base no consenso da Bloomberg, o Ebitda projetado pelo grupo está dentro do esperado e pode indicar que a fase de redução dos ganhos ficou para trás, ao menos por

enquanto. Além disso, o anúncio pode sinalizar que os ajustes necessários na Ipiranga e na Extrafarma já foram feitos e, agora, a direção se sente mais confiante em fornecer ao mercado uma orientação adequada sobre a direção de seus resultados, acrescentaram.

O banco aproveitou a divulgação das projeções para 2020 e elevou de R\$ 22 para R\$ 23 o preço-alvo para as ações da Ultrapar, incorporando a seu modelo também os resultados recentes, novas premissas macroeconômicas e as despesas de R\$ 200 milhões para a holding estimadas para 2020. A recomendação é neutra.

Na avaliação dos analistas Bruno Amorim, Osmar Camilo e João Frizo, do Goldman Sachs, as condições de mercado para Ipiranga e Oxiteno seguem desafiadoras, com maior competição na distribuição de combustíveis e pressão sobre as margens no negócio de especialidades químicas.

No Itaú BBA, os analistas André Hachem e Leonardo Marcondes apontaram que há ao menos três questões em aberto após a divulgação das projeções: quais são as premissas embutidas na previsão para Ipiranga e qual é a perspectiva da empresa no longo prazo, além de quais são os motivos que levam o grupo a esperar que suas despesas corporativas dobrem em 2020. O ponto médio do intervalo de Ebitda projetado para o grupo ficou 8% abaixo do previsto pelo banco.

O analista Regis Cardoso, do Credit Suisse, também questiona as razões que levaram à previsão de gastos corporativos de R\$ 200 milhões neste ano, mas observa que o aumento pode refletir o novo centro de serviços integrados do grupo. Enquanto a estimativa para Ipiranga veio dentro do esperado, os números para Ultragaz e Ultracargo superaram as previsões do banco. Por outro lado, a Extrafarma decepcionou, com estimativa 30% abaixo do calculado.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 05/03/2020

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho — Do Rio

Título: Acionistas reformam estatuto da Petrobras

As mudanças não foram aprovadas por unanimidade

Os acionistas da Petrobras aprovaram ontem, em assembleia extraordinária, a proposta de reforma do estatuto social que muda, dentre outros pontos do regimento, as regras de indicações para o segundo escalão da estatal. As

mudanças não foram aprovadas por unanimidade: ao todo, a proposta da administração foi rejeitada por 22% dos detentores de ações com direito a voto, na assembleia.

A reforma do estatuto reduziu a competência do conselho de administração na deliberação sobre indicações e destituições de membros da estrutura geral da estatal: hoje, 34 gerentes-executivos e seis gerentes-gerais estão vinculados diretamente às diretorias executivas e passam, pelo estatuto vigente, pelo aval do conselho. A partir de agora, o conselho de administração deliberará apenas sobre indicações para a auditoria interna, ouvidoria geral e secretaria-geral - órgãos vinculados ao colegiado.

A Petrobras esclareceu, em nota, que o conselho permanecerá responsável pela definição dos critérios para ocupação dessas posições. A mudança proposta vem em linha com os esforços do comando de Roberto Castello Branco de reduzir o que ele entende como “excessos” de atribuições do conselho, para dar maior agilidade à gestão.

A reforma do estatuto aprovada mudou também a regra que trata de conflitos de interesse e que veta os executivos da companhia de deliberarem sobre operações que envolvam empresas onde eles ocupam ou tenham ocupado cargo de gestão antes de ingressar na Petrobras. A nova regra abre espaço para que diretores e conselheiros possam participar da votação de assuntos que dizem respeito a empresas onde eles atuam na administração, por indicação da própria Petrobras - caso, por exemplo, de executivos que trabalham nas controladas da estatal.

Pela nova regra, o veto também não valerá para operações que envolvam empresas de capital aberto que não tenham potencial de gerar conflito de interesses com a estatal, se o conselheiro ou diretor tiver participações societárias, sejam diretas ou indiretas, “não relevantes, nos termos da regulação da Comissão de Valores Mobiliários”.

Durante a assembleia, a representante da União votou pela retirada de pauta, para “ulterior deliberação”, da proposta que acabava com a obrigatoriedade de que os membros independentes do conselho fossem escolhidos com base numa lista tríplice elaborada por empresa especializada em “headhunter”. Com a proposta, ficaria a cargo da Petrobras a elaboração da lista de candidatos.

Os acionistas da Petrobras aprovaram também a indicação de Maria Cláudia Guimarães, ex-diretora do Merrill Lynch, para o conselho da estatal. Ela foi

indicada pela União, como acionista controladora, para uma das vagas de membros independentes do colegiado. A executiva assumirá a vaga aberta após a saída de Clarissa Lins.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 05/03/2020

Seção: Economia

Autor: Denise Luna / RIO

Título: Funcionários da Petrobrás aceitam acordo e fábrica vai fechar

Subsidiária no PR de fertilizantes acertou detalhes com TST após greve da categoria de 1º a 17 de fevereiro

Os trabalhadores da Araucária Nitrogenados (Ansa), subsidiária da Petrobrás, aprovaram em assembleia ontem aceitar o fechamento da unidade localizada no Paraná, depois que a estatal concordou em oferecer um pacote de benefícios para evitar uma nova greve da categoria em acordo com o Tribunal Superior do Trabalho (TST). Os benefícios foram acordados com o TST após a categoria realizar uma paralisação de 1.º a 17 de fevereiro, o que obrigou a companhia a contratar terceirizados e manter equipes de contingência por 24 horas em algumas unidades. Segundo o presidente da estatal, Roberto Castello Branco, mesmo com a greve não houve queda na produção de petróleo. Com a decisão dos petroleiros, a Ansa será fechada e 396 trabalhadores serão demitidos e receberão benefícios além dos garantidos por lei.

O fechamento da Ansa faz parte do plano da Petrobrás de abandonar o setor de fertilizantes, focando na exploração e produção de petróleo em águas profundas do pré-sal, conforme opção da atual gestão. Para os que concordarem com a quitação total do contrato de trabalho será pago 40% da remuneração por ano trabalhado, com garantia de valor mínimo de R\$ 110 mil e máximo de R\$ 490 mil, entre outras vantagens. Para os que não incluírem a quitação total na rescisão, o benefício se limita ao pagamento de R\$ 80 mil a R\$ 210 mil. Todos terão direito à manutenção do plano de saúde por dois anos, cursos de aperfeiçoamento profissional visando à realocação, assistência social e psicológica, entre outras.

Segundo a Federação Única dos Petroleiros (FUP), se o acordo não fosse aprovado, a Petrobrás seguiria com o cronograma acelerado das demissões, que motivou a greve, além de punições por parte da empresa como justa causa aos 23 trabalhadores que deixaram a Ansa em apoio ao movimento grevista. “Infelizmente, esta foi uma assembleia muito triste para nossa categoria e para os petroquímicos. Não foi uma decisão que expressou a vontade da maioria. Viemos com proposta pronta do TST e não foi sob o crivo da negociação: foi sob

o crivo da ameaça. Nosso próximo passo é orientar os trabalhadores e também cobrar da empresa a proposta de auxiliar na recolocação”, analisou o dirigente jurídico do Sindiquímica- PR, Reginaldo Lopes.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 05/03/2020

Seção: Economia

Autor: Mônica Ciarelli Fernanda Nunes / RIO

Título: Privatizada, BR Distribuidora mantém nome Petrobrás e investe R\$ 1 bi em marca

Imagem. Mudança na identidade visual dos 7,7 mil postos da companhia tem início hoje e deve se estender por 5 anos; líder no mercado de combustíveis, rede vai reforçar o verde e amarelo na logomarca para continuar sendo reconhecida como a empresa brasileira do setor

Privatizada há oito meses, a BR Distribuidora terá a partir dessa semana nova identidade. A mudança de visual dos seus 7,7 mil postos deve se estender por cinco anos e consumir R\$ 1 bilhão em investimentos, cifra que será rateada entre a empresa e seus franqueados. A transformação começa hoje em cinco capitais das quatro regiões do País e no Distrito Federal – Belém (PA), Brasília (DF), João Pessoa (PB), Porto Alegre (RS) e Rio de Janeiro (RJ). Sem controlador definido e com capital pulverizado em bolsa de valores, a nova BR não renega sua história como estatal. O nome Petrobrás será mantido nas testeiras dos postos, instaladas na cobertura da área de abastecimento para identificar a fornecedora dos combustíveis. Em contrato, garantiu a extensão dessa parceria por até 20 anos. “São 7,7 mil postos com as marcas Petrobrás e BR. É o que temos hoje. Com o tempo, podemos evoluir para outros conceitos, desde que a gente não perca a nossa história, cultura, a identificação com o Brasil e com a energia”, Rafael Grisolia, presidente da BR.

A companhia é líder no mercado de combustíveis e lubrificantes, com uma fatia de 25,3%, à frente da Raízen (junção da anglo- holandesa Shell com a Cosan) e da Ipiranga. Ao longo dos nove primeiros meses de 2019, a BR faturou R\$ 70 bilhões. Segundo o presidente, na nova marca, as cores verde e amarelo ganharam ainda mais destaque, porque a BR quer ser reconhecida como a empresa mais brasileira do segmento de combustíveis. A avaliação é que nenhuma das suas rivais ocupa esse lugar e que essa é a herança dos tempos de estatal que mais pretende manter.

“Temos uma história ligada à Petrobrás, que deu os nossos pilares. Enquanto isso, a gente está trazendo pessoas de mercado. Essa nova imagem é um conjunto disso tudo: de quem ficou e de quem está chegando” A avaliação do

professor de Educação Executiva do Insper e especialista em marketing, Rodrigo Amantea, é que a exploração de ícones nacionais pode ser bastante positiva. “Essa é uma praxe entre as empresas americanas. Costuma ser uma associação de sucesso. Mas a logomarca tem de realmente vir acompanhada de mudanças”, diz ele, acrescentando que um grande desafio é adequar a imagem e a prática ao momento atual de transição energética. Um objetivo é transformar a companhia em uma comercializadora de energia, inclusive das renováveis. Grisolia aposta que os combustíveis fósseis e os biocombustíveis vão predominar no mercado interno ainda por muitos anos e que a grande transformação, por enquanto, será o avanço do etanol e do aumento da porcentagem do biodiesel no óleo diesel produzido a partir do petróleo.

Ainda assim, ele quer deixar a BR preparada para atender outras demandas, à medida que o consumo de fontes mais limpas ganhar espaço na matriz energética. “Não posso perder cliente. Ninguém pode deixar de parar no meu posto porque decidiu comprar um carro elétrico.” Grisolia enxerga oportunidade, por exemplo, no fornecimento a pequenas e médias indústrias interessadas em utilizar insumos menos poluentes no processo produtivo. Segundo ele, já há demanda no mercado para estes produtos.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 05/03/2020

Seção: Colunas

Autor: FERNANDA GUIMARÃES, CIRCE BONATELLI E MARIANA DURÃO

Título: » Virou prova.

Coluna do broadcast

Os sindicatos Siticop MG e Metabase/Brumadinho e a Associação dos Familiares de Vítimas e Atingidos do Rompimento da Barragem Mina Córrego Feijão Brumadinho (Avabrum) juntaram as denúncias sobre o caso, feitas à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), o relatório do Comitê Independente de Assessoramento Extraordinário da Vale, divulgado em 20 de fevereiro.

» Conclusões. O comitê liderado pela ex-ministra do Supremo Ellen Gracie indicou, entre outras coisas, que desde 2003 a Vale tinha informações que indicavam a condição frágil da barragem. Representado pela Advocacia Garcez, o grupo encaminhou uma segunda denúncia sobre o caso à CIDH em janeiro, apontando violações de direitos humanos pela alemã Tuv Süd, que atestou a estabilidade da estrutura, e omissões de autoridades que deveriam fiscalizar a barragem e a atuação da Vale.

VEÍCULO: O Globo**Data: 05/03/2020****Seção: Colunas****Autor: Ancelmo Gois****Título: Essa eu gostei, Roberto Castello Branco**

A Petrobras assinou ontem a renovação do patrocínio à Sala Cecília Meireles por mais três anos: 2021, 2022 e 2023. O valor total é de R\$ 2,9 milhões. A estatal patrocina o tradicional espaço carioca de concertos desde 2006.

MME / ASCOM .